

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	41
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.988.146.121
Preferenciais	6.988.146.121
Total	13.976.292.242
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	1.387.008	1.339.382
1.01	Ativo Circulante	151.533	73.152
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	90.734	19.802
1.01.03	Contas a Receber	52.299	43.537
1.01.03.01	Clientes	52.299	43.537
1.01.03.01.01	Contas a Receber	1.751	1.676
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	50.548	41.861
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.701	3.067
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.453	2.764
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.346	3.982
1.01.08.03	Outros	4.346	3.982
1.01.08.03.01	Outros Créditos	1.049	685
1.01.08.03.03	Pagamentos Antecipados Relacionados à Concessão	3.297	3.297
1.02	Ativo Não Circulante	1.235.475	1.266.230
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	123.884	113.859
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	107	105
1.02.01.01.03	Conta Reserva	107	105
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	12	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	123.765	113.754
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	626	1.745
1.02.01.09.05	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	122.743	112.009
1.02.01.09.08	Outros Créditos	396	0
1.02.03	Imobilizado	63.982	66.812
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	56.580	58.754
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	7.402	8.058
1.02.04	Intangível	1.047.609	1.085.559
1.02.04.01	Intangíveis	1.047.609	1.085.559

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	1.387.008	1.339.382
2.01	Passivo Circulante	343.075	276.894
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.025	9.402
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.096	1.157
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.929	8.245
2.01.02	Fornecedores	17.311	17.757
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	17.218	17.621
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	93	136
2.01.03	Obrigações Fiscais	55.873	37.441
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	51.818	33.759
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	45.412	27.612
2.01.03.01.03	Impostos e Contribuições Federais Parcelados	6.406	6.147
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.055	3.682
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	4.055	3.682
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	224.687	182.466
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	253	798
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	253	798
2.01.04.02	Debêntures	224.434	181.668
2.01.05	Outras Obrigações	9.822	11.588
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.962	2.602
2.01.05.02	Outros	7.860	8.986
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	1.157	2.092
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	6.703	6.894
2.01.06	Provisões	25.357	18.240
2.01.06.02	Outras Provisões	25.357	18.240
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	25.357	18.240
2.02	Passivo Não Circulante	640.060	822.999
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	505.755	680.393
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	362	548
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	362	548
2.02.01.02	Debêntures	505.393	679.845
2.02.01.02.01	Debêntures	505.393	679.845
2.02.02	Outras Obrigações	9.418	9.920
2.02.02.02	Outros	9.418	9.920
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.724	1.724
2.02.02.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	6.346	6.862
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	1.348	1.334
2.02.03	Tributos Diferidos	62.013	61.056
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	62.013	61.056
2.02.04	Provisões	62.874	71.630
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	54.776	57.551
2.02.04.01.05	Provisões Fiscais para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciárias	2.167	2.338
2.02.04.01.07	Impostos e Contribuições Parcelados	52.609	55.213
2.02.04.02	Outras Provisões	8.098	14.079
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	8.098	14.079

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03	Patrimônio Líquido	403.873	239.489
2.03.01	Capital Social Realizado	139.763	139.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.642	2.642
2.03.04	Reservas de Lucros	57.084	97.084
2.03.04.01	Reserva Legal	27.953	27.953
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	29.096	69.096
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	35	35
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	204.384	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	223.795	621.012	206.187	576.348
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-78.615	-224.355	-77.430	-213.204
3.02.01	Custo de Construção	-13.088	-26.942	-9.713	-21.937
3.02.02	Provisão de Manutenção	-3.020	-8.388	-2.165	-6.184
3.02.03	Depreciação e Amortização	-22.941	-66.752	-21.332	-60.983
3.02.04	Custo da Outorga	-13.551	-45.509	-16.136	-46.677
3.02.05	Serviços	-13.426	-35.340	-14.465	-35.730
3.02.06	Custo com Pessoal	-8.420	-24.895	-8.112	-24.446
3.02.07	Materiais Equipamentos e Veículos	-2.089	-5.820	-1.797	-5.833
3.02.09	Outros	-2.080	-10.709	-3.710	-11.414
3.03	Resultado Bruto	145.180	396.657	128.757	363.144
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-14.500	-39.671	-11.788	-37.011
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.495	-39.738	-12.091	-37.446
3.04.02.01	Serviços	-6.206	-18.693	-5.851	-18.550
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-601	-1.789	-562	-1.221
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-3.179	-10.463	-3.138	-9.378
3.04.02.04	Materiais Equipamentos e Veículos	-66	-718	-198	-840
3.04.02.05	Outros	-4.443	-8.075	-2.342	-7.457
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	139	304	436
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5	-72	-1	-1
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	130.680	356.986	116.969	326.133
3.06	Resultado Financeiro	-14.288	-47.474	-18.457	-63.969
3.06.01	Receitas Financeiras	4.609	6.756	1.496	7.251
3.06.02	Despesas Financeiras	-18.897	-54.230	-19.953	-71.220
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	116.392	309.512	98.512	262.164
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-39.628	-105.128	-33.578	-89.331
3.08.01	Corrente	-39.535	-104.171	-25.120	-76.426
3.08.02	Diferido	-93	-957	-8.458	-12.905

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	76.764	204.384	64.934	172.833
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	76.764	204.384	64.934	172.833
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00523	0,01393	0,00442	0,01178
3.99.01.02	PN	0,00575	0,01532	0,00487	0,01296
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00523	0,01393	0,00442	0,01178
3.99.02.02	PN	0,00575	0,15232	0,00487	0,01296

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	76.764	204.384	64.934	172.833
4.03	Resultado Abrangente do Período	76.764	204.384	64.934	172.833

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	324.885	322.928
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	337.529	327.658
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	204.384	172.833
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	957	12.905
6.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	2.473	2.473
6.01.01.04	Depreciação e amortização	68.541	62.204
6.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado e intangível	72	169
6.01.01.07	Juros e var. monetária sobre debêntures, financiamentos e arrendamento mercantil.	49.506	66.500
6.01.01.08	Constituição (reversão) da provisão para riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciárias	-171	1.051
6.01.01.09	Constituição (reversão) da provisão de devedores duvidosos	182	-37
6.01.01.10	Constituição (reversão) da provisão de manutenção	8.388	6.183
6.01.01.11	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	2.812	2.794
6.01.01.12	Juros s/ impostos parcelados	2.479	3.458
6.01.01.13	Capitalização de custos de empréstimos	-2.094	-2.875
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-12.644	-4.730
6.01.02.01	Contas a receber	-257	-304
6.01.02.02	Partes Relacionadas - Ativo	-8.687	-19.878
6.01.02.03	Impostos a recuperar	366	-845
6.01.02.04	Despesas antecipadas outorga fixa	-13.207	-12.306
6.01.02.05	Outras despesas antecipadas	1.299	1.199
6.01.02.06	Outras contas a receber	359	-388
6.01.02.07	Fornecedores	-446	-3.849
6.01.02.08	Partes Relacionadas - Passivo	-640	1.674
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	623	1.915
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher e provisão para impostos de renda e contribuição social	76.139	70.545
6.01.02.11	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-62.790	-67.258
6.01.02.12	Realização de provisão de manutenção	-10.064	-9.592
6.01.02.13	Obrigações com poder concedente	4.838	16.273
6.01.02.16	Outras contas a pagar	-177	18.084
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-32.028	-40.177
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-6.293	-20.022
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-25.735	-20.155
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-221.925	-191.624
6.03.01	Financ. e debêntures - captações	0	750.000
6.03.02	Financ. e debêntures - pagamentos de principal	-131.868	-639.903
6.03.03	Financ. e debêntures - pagamentos de juros	-50.055	-64.779
6.03.04	Adição do custo de transação	0	-393
6.03.05	Dividendos pagos	-40.000	-236.549
6.03.08	Resgates/Aplicações Conta Reserva	-2	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	70.932	91.127
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	19.802	12.950
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	90.734	104.077

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	97.084	0	0	239.489
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	97.084	0	0	239.489
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-40.000	0	0	-40.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-40.000	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	204.384	0	204.384
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	57.084	204.384	0	403.873

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.677	264.502	0	0	406.942
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.677	264.502	0	0	406.942
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-236.549	0	0	-236.549
5.04.06	Dividendos	0	0	-236.549	0	0	-236.549
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	172.833	0	172.833
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	172.833	0	172.833
5.07	Saldos Finais	139.763	2.677	27.953	172.833	0	343.226

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	677.066	628.788
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	668.256	620.424
7.01.02	Outras Receitas	8.810	8.364
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-113.238	-106.323
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-50.866	-51.563
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-27.042	-26.639
7.02.04	Outros	-35.330	-28.121
7.02.04.01	Provisão de Manutenção	-8.388	-6.184
7.02.04.02	Custo de Construção	-26.942	-21.937
7.03	Valor Adicionado Bruto	563.828	522.465
7.04	Retenções	-68.541	-62.204
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-68.541	-62.204
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	495.287	460.261
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.756	7.251
7.06.02	Receitas Financeiras	6.756	7.251
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	502.043	467.512
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	502.043	467.512
7.08.01	Pessoal	30.885	29.751
7.08.01.01	Remuneração Direta	22.310	20.905
7.08.01.02	Benefícios	6.745	7.030
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.238	1.145
7.08.01.04	Outros	592	671
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	166.181	146.775
7.08.02.01	Federais	133.573	116.348
7.08.02.02	Estaduais	109	117
7.08.02.03	Municipais	32.499	30.310
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	100.593	118.153
7.08.03.01	Juros	54.014	70.424
7.08.03.02	Aluguéis	1.070	1.052
7.08.03.03	Outras	45.509	46.677
7.08.03.03.01	Outorga	45.509	46.677
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	204.384	172.833
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	204.384	172.833

Informações Trimestrais

Comentários Sobre o Desempenho - 3º trimestre 2013

As informações financeiras e operacionais abaixo, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas de acordo com a Legislação Societária e as comparações são referentes ao 3T12.

Principais Destaques

- A Receita Líquida Operacional alcançou R\$ 210,7 milhões (+7,2%);
- O EBIT ajustado atingiu R\$ 134,5 milhões (+12,1%);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 158,1 milhões (+11,4%);
- O Lucro Líquido atingiu R\$ 76,8 milhões (+18,3%).

Indicadores (R\$ MM)	3ºT13	3ºT12	Var. %
Receita líquida operacional*	210,7	196,5	7,2%
EBIT (ajustado)	134,5	120,0	12,1%
<i>Margem EBIT (ajustado)</i>	63,8%	61,1%	+ 2,8 p.p.
EBITDA (ajustado)	158,1	141,9	11,4%
<i>Margem EBITDA(ajustada)</i>	75,0%	72,2%	+ 2,8 p.p.
Lucro líquido	76,8	64,9	18,3%

(*) Receita Líquida Operacional é a soma das Receitas de Pedágio com as Receitas Acessórias, deduzidos os tributos diretos.

Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq¹)

Em unid. ²	3ºT13	3ºT12	Var. %
Veículos equivalentes	32.209.193	29.986.471	7,4%
Veículos de passeio (Eq)	17.105.475	16.453.526	4,0%
Veículos comerciais (Eq)	15.103.718	13.532.945	11,6%

1 - Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2 - Nas praças de pedágio, onde a cobrança é unidirecional, o seu volume de tráfego foram dobrados para se ajustarem àquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Comentário do Desempenho

Tráfego Consolidado (+7,4%)

Nosso tráfego consolidado apresentou um crescimento de 7,42% sobre o mesmo período de 2012.

Tráfego de Passeio (+4,0%)

Em comparação ao 3T12, esse trimestre teve movimentação 4,0% maior, com um efeito calendário de -1,2% na movimentação dos veículos de passeio, em razão das manifestações ocorridas nas rodovias ao longo do mês de Julho.

Tráfego Comercial (+11,6%)

A movimentação de veículos comerciais no 3T13 foi de 11,6% maior em comparação ao mesmo trimestre de 2012, com efeito calendário de -0,5%. Este resultado foi impactado pelo início da cobrança de eixo suspenso a partir de 28/07/2013.

1. Reajustes de tarifas de pedágio

Conforme as notícias veiculadas pela imprensa, o Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas previstos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGPM (Fundação Getúlio Vargas) e definir várias medidas de compensação de seu impacto, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar.

Para efetivar tais deliberações, foram adotadas, até o momento, as seguintes medidas: (i) o Secretário Estadual de Logística e Transportes editou a Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013. Outras deliberações ainda deverão ser adotadas pelo Estado para garantir a compensação efetiva do não reajuste das tarifas.

Comentário do Desempenho

2. Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita Bruta Operacional

Receita bruta operacional (R\$ mil)	3ºT13	3ºT12	Var.%
Receita de pedágio	227.495	211.800	7,4%
Receitas acessórias	3.166	3.245	-2,4%
Receita bruta operacional total	230.661	215.045	7,3%

Receita de Construção

Receita bruta de construção (R\$ mil)	3ºT13	3ºT12	Var.%
Total	13.088	9.713	34,7%

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01, a Concessionária deverá reconhecer a Receita e o Custo de Construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Para a Companhia, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Os valores de investimentos da Companhia acompanham o Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. Neste trimestre as principais obras realizadas na Rodovia Presidente Castelo Branco – SP 280 foram: Implantação de faixa adicional entre o Km 25 e Km 26 Pista Leste, Remodelação do PGF Km 74 e Dispositivo de Retorno Km 64+500. Já na rodovia Raposo Tavares – SP 270 a obra em destaque é a Implantação de Marginais entre os Km 92 e Km 106 Pistas Leste e Oeste. Tais obras visam o aumento de capacidade do tráfego e a melhoria da fluidez.

Receita Líquida Operacional

A Receita Líquida Operacional do 3T13 obteve um crescimento nominal de 7,4% em relação ao 3T12, impactadas pelo reajuste da tarifa de pedágio (+4,26%) e pelo crescimento do tráfego de veículos de passeio (+4,0%).

As deduções, incidentes sobre a Receita Operacional Bruta, correspondem ao recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é de 8,65%, aumentaram em 7,4% no 3T13, em relação ao 3T12, reflexo do aumento da receita bruta operacional.

Comentário do Desempenho

Custos e Despesas Totais (*)

Custos e despesas [R\$ mil]	3ºT13	3ºT12	Var.%
Custo de construção	13.088	9.713	34,7%
Provisão de manutenção	3.020	2.165	39,5%
Depreciação e amortização	23.542	21.894	7,5%
Custo da outorga	13.551	16.136	-16,0%
Serviços de terceiros	19.632	20.316	-3,4%
Custo com pessoal	11.599	11.250	3,1%
Materiais, equipamentos e veículos	2.155	1.995	8,0%
Outros	6.528	5.749	13,6%
Custos e despesas totais	93.115	89.218	4,4%

(*) Soma de Custos dos Bens e/ou Serviços Vendidos e Despesas/Receitas Operacionais, excluindo as Outras Receitas Operacionais.

O custo total da concessionária aumentou 4,4% no 3T13 ante o mesmo período de 2012. Esta alteração é reflexo direto do Cronograma de Investimentos em Custo de Construção, Provisão de Manutenção e Depreciação/Amortização, além do Custo da Outorga, sendo:

Custo de Construção: O aumento de 34,7% no 3T13 em relação ao 3T12 é reflexo dos investimentos na Rodovia Presidente Castelo Branco, como a implantação de faixa adicional entre o Km 25 e Km 26 Pista Leste, Remodelação do PGF Km 74 e Dispositivo de Retorno Km 64+500. Já na rodovia Raposo Tavares – SP 270 a obra em destaque é a Implantação de Marginais entre os Km 92 e Km 106 Pistas Leste e Oeste. Tais obras visam o aumento de capacidade do tráfego e a melhoria da fluidez.

Provisão de Manutenção: Neste trimestre houve um aumento de 39,5%, em comparação com o 3T12, refletindo a provisão dos custos futuros com as manutenções e recuperações do pavimento.

Depreciação e Amortização: Este item refere-se à transferência do ativo em andamento para o ativo em operação, bem como a depreciação e amortização dos ativos tangíveis e intangíveis da Companhia.

Custo da Outorga: Este grupo de custos é impactado pela outorga variável, bem como o reajuste da outorga fixa incorrido em julho de 2013.

Conforme citado no item 1.3, para efetivar deliberações que visam o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro devido ao não repasse aos usuários do reajuste das tarifas previstos para 1º de julho de 2013, algumas medidas foram adotadas, e dentre elas o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013.

Serviços de Terceiros: Item composto por despesas com prestadores de serviços e custos diretos, sendo este último referente aos valores envolvidos na conservação especial da rodovia, tais como:

Comentário do Desempenho

estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros, que no 3T13 somaram R\$ 4.534 mil ante R\$4.724 mil do 3T12, justificada pelo escopo da conservação especial da rodovia.

Custos com Pessoal: Despesas totais com mão de obra direta, que no 3T13 aumentou 3,1% em relação ao 3T12, refletindo o impactado principalmente pelo dissídio da categoria (+5,5%) que ocorre no mês de abril de cada ano.

Outros: Os custos do 3T13 foi 13,6% maior em relação ao 3T12, impactado principalmente pelos gastos com desenvolvimento e ativação de campanhas publicitárias, ações de relacionamentos e marketing.

EBITDA

Reconciliação EBITDA ajustado	3ºT13	3ºT12	Var.%
Lucro líquido	76.764	64.934	18,2%
(+) IR/CS	39.628	33.578	18,0%
(+) Resultado financeiro líquido	14.288	18.457	-22,6%
(+) Depreciação e amortização	23.542	21.894	7,5%
EBITDA (a)	154.222	138.863	11,1%
Margem EBITDA (a)	68,9%	67,3%	+ 1,7 p.p.
(+) Despesas antecipadas (b)	824	824	0,0%
(+) Provisão de Manutenção (c)	3.020	2.165	39,5%
<i>EBITDA ajustado</i>	<i>158.066</i>	<i>141.852</i>	<i>11,4%</i>
<i>Margem EBITDA ajustada (d)</i>	<i>75,0%</i>	<i>72,2%</i>	<i>+ 2,8 p.p.</i>

EBIT

Reconciliação EBIT ajustado	3ºT13	3ºT12	Var.%
Lucro líquido	76.764	64.934	18,2%
(+) IR/CS	39.628	33.578	18,0%
(+) Resultado financeiro líquido	14.288	18.457	-22,6%
EBIT (a)	130.680	116.969	11,7%
Margem EBIT (a)	58,4%	56,7%	+ 1,8 p.p.
(+) Despesas antecipadas (b)	824	824	0,0%
(+) Provisão de Manutenção (c)	3.020	2.165	39,5%
<i>EBIT ajustado</i>	<i>134.524</i>	<i>119.958</i>	<i>12,1%</i>
<i>Margem EBIT ajustada (d)</i>	<i>63,8%</i>	<i>61,1%</i>	<i>+ 2,8 p.p.</i>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM nº 527/2012.

Comentário do Desempenho

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois trata-se de item não caixa das demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada, pois trata-se de item não caixa das demonstrações financeiras.

(d) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Resultado Financeiro Líquido

Resultado financeiro líquido	3ºT13	3ºT12	Var.%
Despesas financeiras	18.897	19.953	-5,3%
Juros e variações monetárias	17.946	18.557	-3,3%
Juros sobre impostos parcelados	906	991	-8,6%
Outras despesas financeiras	45	405	-88,9%
Receitas financeiras	4.609	1.496	208,1%
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.923	1.398	37,6%
Outras receitas financeiras	2.686	98	2640,8%
Resultado financeiro líquido	14.288	18.457	-22,6%

O item de Despesas Financeiras no 3T13 está 5,3% inferior quando comparado ao 3T12, em razão do cronograma de amortização das dívidas da Companhia, ocorridas durante os últimos 12 meses.

3. Investimentos

A Companhia tem investido em melhorias na segurança da rodovia do Sistema Castello Raposo, assim como na recuperação de pavimento em diversos trechos, no intuito de sempre oferecer aos usuários do sistema rodovias de melhor qualidade.

4. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de acidentes [un]	3ºT13	3ºT12	Var.%
Total de acidentes	899	793	13,4%
Total de vítimas	652	626	4,2%

A Companhia registrou um aumento no número de acidentes e vítimas, influenciados pelo aumento natural do volume de tráfego do 3T13 em relação ao 3T12.

Comentário do Desempenho

5. Considerações Finais

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de setembro de 2013

Os saldos apresentados em Reais nesta ITR foram arredondados para milhar, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 31 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Presidente Castello Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº. 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. O endereço da sede é na Rua São João, nº. 30, bairro Centro e na cidade de Araçariçuama, no estado de São Paulo. A controladora final da Companhia é a CCR S.A.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. Entre o fim do último exercício e o trimestre corrente, não ocorreram alterações substanciais no andamento dos processos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, exceto os divulgados abaixo:

(i) Procedimento administrativo

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela Companhia solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 12/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a Companhia foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até 20 de setembro de 2013. Em 26 de setembro de 2013, a Companhia apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo.

(ii) Reajuste de tarifa de pedágio

Conforme as notícias veiculadas pela imprensa, o Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas previstos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGPM (Fundação Getúlio Vargas) e definir várias medidas de compensação de seu impacto, pela:

Notas Explicativas

(i) utilização de 50% do valor de 3% previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas, até o momento, as seguintes medidas: (i) o Secretário Estadual de Logística e Transportes editou a Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013. Outras deliberações ainda deverão ser adotadas pelo Estado para garantir a compensação efetiva do não reajuste das tarifas.

A Administração da Companhia reitera a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis ao contrato de concessão e mantém a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

Reclassificação

Para melhor apresentação dos custos e despesas com depreciação e amortização na demonstração do resultado referente ao período findo em 30 de setembro de 2012, foi reclassificado o montante de R\$ 9.061 (relativo à amortização do direito da concessão - ágio) da linha de outras despesas operacionais contida no grupo de outras despesas/receitas operacionais para a linha de depreciação e amortização contida no grupo de custo dos bens e/ou serviços vendidos.

2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITR devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Em 25 de outubro de 2013 foi aprovada pela Administração da Companhia a conclusão destas ITR.

3. Principais práticas contábeis

Neste período não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas

4. Determinação dos valores justos

Neste período não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e bancos	1.191	3.152
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>89.543</u>	<u>16.650</u>
	<u>90.734</u>	<u>19.802</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,68% do CDI, equivalente a 8,69% ao ano (8,31% ao ano em 31 de dezembro de 2012).

7. Contas a receber

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Circulante		
Pedágio eletrônico	1.346	1.259
Receitas acessórias	660	490
Outros	<u>1</u>	<u>1</u>
	2.007	1.750
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	<u>(256)</u>	<u>(74)</u>
	<u>1.751</u>	<u>1.676</u>

O quadro a seguir resume os saldos à receber por vencimento

Idade de Vencimento dos Títulos

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Créditos a vencer	1.684	1.528
Créditos vencidos até 60 dias	54	138
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	13	10
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	21	33
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>235</u>	<u>41</u>
	<u>2.007</u>	<u>1.750</u>

Notas Explicativas

- (a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) – É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>01/07/2013 a</u> <u>30/09/2013</u>	<u>01/01/2013 a</u> <u>30/09/2013</u>	<u>01/07/2012 a</u> <u>30/09/2012</u>	<u>01/01/2012 a</u> <u>30/09/2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	116.392	309.512	98.512	262.164
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(39.573)	(105.234)	(33.494)	(89.136)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(162)	(282)	(177)	(397)
Despesas com brindes e associações de classe	(80)	(277)	(110)	(274)
Despesas indedutíveis	(49)	(76)	(44)	(44)
Incentivo relativo ao imposto de renda	236	741	218	501
Outros ajustes tributários	-	-	29	19
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(39.628)</u>	<u>(105.128)</u>	<u>(33.578)</u>	<u>(89.331)</u>
Impostos correntes	(39.535)	(104.171)	(25.120)	(76.426)
Impostos diferidos	(93)	(957)	(8.458)	(12.905)
	<u>(39.628)</u>	<u>(105.128)</u>	<u>(33.578)</u>	<u>(89.331)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>

Notas Explicativas

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Bases ativas		
Depreciação de obras lançadas no custo (a)	25.733	24.424
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (b)	18.666	18.352
Constituição da Provisão de manutenção (c)	11.375	10.989
Provisão para participação nos resultados (PLR)	542	656
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	737	795
Custo de transação na emissão de títulos	251	188
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	483	25
Provisão para despesa com taxa de manutenção de TAG'S	-	271
Outros	1.157	675
	<u>58.944</u>	<u>56.375</u>
Bases passivas		
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) <i>versus</i> amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(88.077)	(85.114)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(18.273)	(18.746)
Amortização linear do Direito da Concessão gerada nas aquisições de negócios - Ágio (fiscal) <i>versus</i> amortização pela curva de benefício econômico (contábil) (f)	(13.017)	(12.779)
Outros	(1.590)	(792)
	<u>(120.957)</u>	<u>(117.431)</u>
Passivo fiscal diferido líquido	<u>(62.013)</u>	<u>(61.056)</u>

- (a) Diferenças temporárias oriundas da depreciação fiscal de obras qualificadas como custo na legislação contábil e societária atual – Lei nº 11.638/07;
- (b) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção na legislação contábil e societária atual – Lei nº 11.638/07;
- (c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “b” conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº 11.638/07;
- (d) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como de melhorias nos termos da legislação contábil e societária atual – Lei nº 11.638/07;
- (e) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº 11.638/07;
- (f) Diferença temporária entre a amortização fiscal (linear) e contábil (curva de benefício econômico) do direito de concessão - ágio, conforme legislação contábil e societária – Lei nº 11.638/07.

Notas Explicativas

9. Pagamentos Antecipados Relacionados à Concessão

	Início da concessão (1)			Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	30/09/2013	31/12/2012		30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Circulante	3.297	3.297					
Não Circulante	27.200	29.673	95.543	82.336	122.743	112.009	

- (1) Pagamentos antecipados no início da concessão ao Poder Concedente relativos à outorga fixa da concessão, tais antecipações foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado durante o período de concessão.
- (2) Para adequação do valor mensal dos custos com outorga fixa na Companhia, cujo respectivo prazo de encerramento da concessão foi estendido (de março de 2018 para dezembro de 2022) sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativada e será apropriada ao resultado no período de extensão da concessão.

10. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	01/01/2013 a 30/09/2013		Saldos	
	Transações		Ativo	Passivo
	Receitas	Serviços Prestados	Contas a receber	Fornecedores
Controladora				
CCR S.A. - Divisão Actua (a)	-	8.278	-	865
Outras partes relacionadas				
CGMP (b)	-	-	49.498	-
Samm (c)	1.379	-	924	-
CPC (d)	-	10.182	118	1.084
Barcas	-	-	1	-
Rodoanel Oeste (e)	-	-	7	13
Total circulante, 30 de setembro de 2013			50.548	1.962
Total não circulante, 30 de setembro de 2013			-	-
Total, 30 de setembro de 2013	1.379	18.460	50.548	1.962
Total, 31 de dezembro de 2012			41.861	2.602
Total, 30 de setembro de 2012	1.257	19.476		

Notas Explicativas

	<u>01/07/2013 a 30/09/2013</u>	
	<u>Transações</u>	
	<u>Receitas</u>	<u>Serviços Prestados</u>
Controladora		
CCR S.A. - Divisão Actua (a)	-	2.759
Outras partes relacionadas		
Samm (c)	459	-
CPC (d)	-	3.460
Total, 01 de julho de 2013 a 30 de setembro de 2013	<u>459</u>	<u>6.219</u>
Total, 01 de julho de 2012 a 30 de setembro de 2012	<u>943</u>	<u>6.667</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u> (Reapresentado)
Remuneração dos administradores (f)	765	946

Despesas com profissionais chave da administração

	<u>01/07/2013 a 30/09/2013</u>	<u>01/01/2013 a 30/09/2013</u>	<u>01/07/2012 a 30/09/2012</u>	<u>01/01/2012 a 30/09/2012</u>
Remuneração (f):				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	302	1.039	270	851
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado	851	1.299	1.008	2.050
Previdência privada	8	27	7	20
Seguro de vida	2	5	2	4
	<u>1.163</u>	<u>2.370</u>	<u>1.287</u>	<u>2.925</u>

Na AGO realizada em 18 de abril de 2013, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 2.800, a qual não inclui encargos sociais.

- Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR;
- Valores de tarifa de pedágio cobrados de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados à companhia no mês subsequente;
- Contrato para entrega futura de fibra óptica;
- Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR;
- Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- Contempla valor total à pagar de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração: conselho de administração (somente remuneração fixa) e diretoria.

Notas Explicativas

11. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	30/09/2013			31/12/2012		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	11	4.095	(2.179)	1.916	3.924	(1.909)	2.015
Máquinas e equipamentos	12	36.271	(19.927)	16.344	33.896	(17.546)	16.350
Veículos	20	11.283	(6.509)	4.774	10.146	(6.072)	4.074
Instalações e edificações	5	2.130	(1.978)	152	2.130	(1.952)	178
Sistemas operacionais	16	79.181	(45.787)	33.394	75.929	(39.792)	36.137
Imobilizado em andamento	-	7.402	-	7.402	8.058	-	8.058
		<u>140.362</u>	<u>(76.380)</u>	<u>63.982</u>	<u>134.083</u>	<u>(67.271)</u>	<u>66.812</u>

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Movimentação do custo

	31/12/2012		30/09/2013		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.924	5	(3)	169	4.095
Máquinas e equipamentos	33.896	2	(8)	2.381	36.271
Veículos	10.146	-	(298)	1.435	11.283
Instalações e edificações	2.130	-	-	-	2.130
Sistemas operacionais	75.929	-	-	3.252	79.181
Imobilizado em andamento	8.058	6.713	-	(7.369)	7.402
	<u>134.083</u>	<u>6.720</u>	<u>(309)</u>	<u>(132)</u>	<u>140.362</u>
	<u>31/12/2011</u>			<u>30/09/2012</u>	
Movimento em 2012	111.008	21.585	(215)	(2.499)	129.879

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 427 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 (R\$ 1.563 em 30 de setembro de 2012).

Notas Explicativas

Movimentação da depreciação

	31/12/2012	30/09/2013		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	(1.909)	(271)	1	(2.179)
Máquinas e equipamentos	(17.546)	(2.386)	5	(19.927)
Veículos	(6.072)	(668)	231	(6.509)
Instalações e edificações	(1.952)	(26)	-	(1.978)
Sistemas operacionais	(39.792)	(5.995)	-	(45.787)
	(67.271)	(9.346)	237	(76.380)
	31/12/2011	30/09/2012		
Movimento em 2012	(57.522)	(6.991)	148	(64.365)

12. Ativos Intangíveis

	Taxa anual de amortização %	30/09/2013			31/12/2012		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (b)	(*)	1.237.401	(360.430)	876.971	1.216.288	(311.928)	904.360
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	9.664	(5.818)	3.846	9.532	(4.984)	4.548
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	1.352	(1.025)	327	1.352	(904)	448
Direito da concessão - ágio (c)	(*)	251.709	(85.244)	166.465	251.709	(75.506)	176.203
		1.500.126	(452.517)	1.047.609	1.478.881	(393.322)	1.085.559

(*) Amortização pela curva do benefício econômico.

Movimentação do custo

	31/12/2012	30/09/2013				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Ressarcimento de obras (**)	
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (b)	1.216.288	27.402	-	-	(6.289)	1.237.401
Direitos de uso de sistemas informatizados	9.532	-	-	132	-	9.664
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.352	-	-	-	-	1.352
Direito da concessão - ágio (c)	251.709	-	-	-	-	251.709
	1.478.881	27.402	-	132	(6.289)	1.500.126
	31/12/2011	30/09/2012				
Movimento em 2012	1.471.784	21.467	(133)	2.499	(17.338)	1.478.279

(a) Reclassificação do ativo imobilizado para o ativo intangível

Notas Explicativas

Movimentação da amortização

	<u>31/12/2012</u>		<u>30/09/2013</u>	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida(b)	(311.928)	(48.502)	-	(360.430)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(4.984)	(834)	-	(5.818)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(904)	(121)	-	(1.025)
Direito da concessão - ágio (c)	(75.506)	(9.738)	-	(85.244)
	<u>(393.322)</u>	<u>(59.195)</u>	<u>-</u>	<u>(452.517)</u>
	<u>31/12/2011</u>	<u>30/09/2012</u>		
Movimento em 2012	(318.626)	(55.213)	31	(373.808)

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

(**) Refere-se à parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras que estão sendo realizadas pela Companhia, conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 20.

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;
- (b) Do montante de R\$ 1.237.401, em 30 de setembro de 2013, R\$ 44.028 referem-se à intangível em fase de construção e não disponibilizado ao usuário;
- (c) Direito da Concessão: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.667 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 (R\$ 1.312 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012). A taxa média mensal de capitalização no período de nove meses de 2013 foi de 0,41% a.m. (em média 0,54% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012).

13. Financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros

Em moeda nacional	Taxas Contratuais		Vencimentos	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
	HSBC Bank Brasil S.A. (Finame)	7,70% a.a.		Agosto de 2013	-
Alfa S.A. (Finame)	7,00% a.a.	Maio de 2015	74	107 (a)	
Alfa S.A. (Finame)	5,5% a.a.	Julho de 2017	448	530 (a)	
Alfa S.A. (Arrend. Mercantil)	CDI + 1,5% a.a.	Setembro de 2013	-	447 (a)	
Itaú Leasing S.A. (Arrend. Mercantil)	1,2321% a.m.	Julho de 2014	93	169 (a)	
Total			<u>615</u>	<u>1.346</u>	
Total circulante			<u>253</u>	<u>798</u>	
Total não circulante			<u>362</u>	<u>548</u>	

Notas Explicativas

Garantias

- (a) Bens financiados;

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/09/2013</u>
2014	40
2015	135
2016	117
2017	70
	<u>362</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Neste trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, não houve a contratação de novas operações ou liquidações de operações anteriores.

14. Debêntures

	Taxas Contratuais (% a.a.)	Custo efetivo (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo de custo de transação a apropriar	Vencimentos	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
3a. Emissão Série Única	110,5% do CDI	0,2200% (a)	740	113	Fevereiro de 2015	64.764	109.843 (b)
4a. Emissão Série Única	108,3% do CDI	0,1718% (a)	3.862	2.179	Mai de 2017	665.063	751.670 (b)
Total				<u>2.292</u>		<u>729.827</u>	<u>861.513</u>
Debêntures						225.527	183.026
Custo de transação						(1.093)	(1.358)
Total circulante						<u>224.434</u>	<u>181.668</u>
Debêntures						506.592	681.846
Custo de transação						(1.199)	(2.001)
Total não circulante						<u>505.393</u>	<u>679.845</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantias:

- (b) Não existem garantias.

As condições, garantias e restrições pactuados não foram alterados e vêm sendo cumpridas regularmente. Neste trimestre não houve a contratação de novas operações ou liquidações de operações anteriores.

Notas Explicativas**Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	<u>30/09/2013</u>
2014	44.118
2015	197.772
2016	176.472
2017	88.230
	<u>506.592</u>

15. Obrigações fiscais**a. Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais – a recolher**

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
IRPJ e CSLL	41.910	24.287
ISS	4.055	3.682
COFINS	2.329	2.125
PIS	505	460
PIS, COFINS e CSLL Retidos	278	263
IRRF	74	105
INSS Retidos	316	372
	<u>49.467</u>	<u>31.294</u>

b. Impostos e contribuições parceladas

	<u>31/12/2012</u>		<u>30/09/2013</u>		
	Saldo Inicial	Adições	Realização	Transferências	Total
Circulante	6.147	261	(4.824)	4.822	6.406
Não circulante	55.213	2.218	-	(4.822)	52.609
Total	<u>61.360</u>	<u>2.479</u>	<u>(4.824)</u>	<u>-</u>	<u>59.015</u>
	<u>31/12/2011</u>		<u>30/09/2012</u>		
Circulante	5.734	331	(4.555)	4.555	6.065
Não circulante	57.472	3.127	-	(4.555)	56.044
Total	<u>63.206</u>	<u>3.458</u>	<u>(4.555)</u>	<u>-</u>	<u>62.109</u>

Os impostos parcelados, referente à IRPJ, CSLL e INSS, por meio da Lei nº 11.941/09, foram homologados pela Receita Federal do Brasil, junho de 2011, para pagamento em até 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, atualizadas mensalmente com base na taxa Selic.

Notas Explicativas

16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas.

	<u>31/12/2012</u>	<u>30/09/2013</u>		
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Saldo final
Não circulante				
Cíveis e administrativos	950	534	(404)	1.080
Trabalhistas e previdenciários	1.388	116	(417)	1.087
	<u>2.338</u>	<u>650</u>	<u>(821)</u>	<u>2.167</u>
	<u>31/12/2011</u>	<u>30/09/2012</u>		
Movimento em 2012	<u>2.181</u>	<u>1.051</u>	<u>-</u>	<u>3.232</u>

A Companhia possui outros riscos passivos relativos a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados a seguir, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Cíveis e Administrativo	14.205	12.452
Trabalhistas	3.617	3.000
	<u>17.822</u>	<u>15.452</u>

Notas Explicativas

17. Provisão de manutenção

	<u>31/12/2012</u>		<u>30/09/2013</u>			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo Final
Circulante	18.240	2.460	1.123	(10.064)	13.598	25.357
Não circulante	14.079	5.928	1.689	-	(13.598)	8.098
Total	<u>32.319</u>	<u>8.388</u>	<u>2.812</u>	<u>(10.064)</u>	<u>-</u>	<u>33.455</u>

	<u>31/12/2011</u>		<u>30/09/2012</u>			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo Final
Circulante	11.572	4.377	1.559	(9.592)	11.472	19.388
Não circulante	17.832	1.806	1.235	-	(11.472)	9.401
Total	<u>29.404</u>	<u>6.183</u>	<u>2.794</u>	<u>(9.592)</u>	<u>-</u>	<u>28.789</u>

As taxas para cálculo do ajuste a valor presente para os projetos com início de provisão até 2009, 2010, 2011 e 2012 são de 14,75% a.a., 12,34% a.a., 12,62% a.a. e 8,20% a.a., respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

18. Patrimônio Líquido

a. Dividendos

Em 29 de abril de 2013, foi aprovado em AGO, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 40.000 correspondentes a R\$ 0,00272570 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 0,00299827 por lote de mil ações preferenciais à conta de parte do saldo da reserva de retenção de lucros de 2012.

b. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>01/07/2013 a</u> <u>30/09/2013</u>	<u>01/01/2013 a</u> <u>30/09/2013</u>	<u>01/07/2012 a</u> <u>30/09/2012</u>	<u>01/01/2012 a</u> <u>30/09/2012</u>
Numerador				
Lucro líquido disponível	76.764	204.384	64.934	172.833
Denominador				
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,00523	0,01393	0,00442	0,01178
Lucro por ação preferencial - básico e diluído	0,00575	0,01532	0,00487	0,01296

Notas Explicativas

19. Receitas

	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012
Receitas de pedágio	227.495	641.314	211.800	598.487
Receitas de construção (ICPC 01)	13.088	26.942	9.713	21.937
Receitas acessórias	3.166	8.810	3.245	8.364
Receita Bruta	243.749	677.066	224.758	628.788
Impostos sobre receitas	(19.950)	(56.249)	(18.571)	(52.440)
Devoluções e abatimentos	(4)	195	-	-
Deduções das receitas brutas	(19.954)	(56.054)	(18.571)	(52.440)
Receita Líquida	223.795	621.012	206.187	576.348

20. Resultado Financeiro

	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil	(17.946)	(49.506)	(18.557)	(62.243)
Variação monetária sobre debêntures	-	-	-	(4.257)
Juros sobre impostos parcelados	(906)	(2.479)	(991)	(3.458)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(826)	(2.812)	(898)	(2.794)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(132)	(1.527)	(814)	(1.343)
Variação monetária sobre obrigações com o poder concedente	-	-	63	-
Capitalização de custos dos empréstimos	913	2.094	617	2.875
IOF	-	-	627	-
	(18.897)	(54.230)	(19.953)	(71.220)
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.923	3.862	1.398	4.887
Variação monetária sobre debêntures	-	-	-	149
Juros e outras receitas financeiras	2.686	2.894	98	2.215
	4.609	6.756	1.496	7.251
Resultado financeiro líquido	(14.288)	(47.474)	(18.457)	(63.969)

21. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações trimestrais da Companhia conforme o quadro a seguir:

Notas Explicativas

	30/09/2013			31/12/2012		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)
Ativos						
Aplicações financeiras	89.543	-	-	16.650	-	-
Aplicações Financeiras vinculadas - conta reserva	107	-	-	105	-	-
Contas a receber de clientes	-	1.751	-	-	1.676	-
Contas a receber partes relacionadas	-	50.548	-	-	41.861	-
Passivos						
Arrendamento Mercantil	-	-	(93)	-	-	(1.346)
Financiamentos	-	-	(522)	-	-	-
Debêntures	-	-	(729.827)	-	-	(861.513)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(25.362)	-	-	(25.985)
Fornecedores e contas à pagar partes relacionadas	-	-	(1.962)	-	-	(2.602)
Total	89.650	52.299	(757.766)	16.755	43.537	(891.446)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Neste período não ocorreram mudanças nos métodos e premissas adotados na determinação do valor justo em relação aos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

Debêntures mensurados ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	30/09/2013		31/12/2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (*)	732.119	742.459	864.872	876.230

(*) Valores brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo qualificados no nível 2, correspondentes às aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R\$ 89.543 em 30 de setembro de 2013 (R\$ 16.650 em 31 de dezembro de 2012).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475 apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade referentes aos juros e variações monetárias.

Notas Explicativas

Nas análises de sensibilidade não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2014 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽³⁾	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do CDI	Fevereiro de 2015	64.877	(6.272)	(7.848)	(9.428)
Debêntures	Aumento do CDI	Mai de 2017	667.242	(63.161)	(79.018)	(94.901)
Total do efeito de perda				(69.433)	(86.866)	(104.329)
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :						
CDI ⁽²⁾				8,71%	10,89%	13,07%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2), estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se à taxa de 30/09/2013, divulgada pela CETIP;

(3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 30/09/2013

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Finames), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

22. Cobertura de seguros

Em 30 de setembro de 2013, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme a seguir:

- Responsabilidade Civil – R\$ 55.000;
- Riscos de Engenharia – Conservação e Manutenção – R\$ 18.000;
- Riscos de engenharia – ampliação e melhoramentos – R\$ 3.626;
- Riscos patrimoniais / operacionais – R\$ 60.000;
- Perda de receita – R\$ 80.615;
- Veículos: cobertura para danos materiais e pessoais de R\$ 52.000 (R\$ 500 por veículo) e para danos morais; R\$ 10.400 (R\$ 104 por veículos).

Além disso, a Companhia possui três apólices de seguro garantia no valor total de R\$ 204.397, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no Contrato de Concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

Notas Explicativas

23. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Valor nominal</u>		<u>Valor presente</u>	
	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Outorga fixa a pagar	255.603	271.271	228.575	239.292

O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até fevereiro de 2018, corrigidas monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços - IGP-M, em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando uma taxa real de juros de 5% a.a, compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos atualizados até 30 de setembro de 2013 estavam assim distribuídos:

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2013	13.942	11.193
2014	55.768	46.166
2015	55.768	48.474
2016	55.768	50.898
2017	55.768	53.442
2018	<u>18.589</u>	<u>18.402</u>
Total	<u>255.603</u>	<u>228.575</u>

A Companhia não efetuou o pagamento ao Poder Concedente das parcelas referente ao direito da outorga fixa relativas ao período de janeiro a março de 2013 no montante de R\$ 6.289, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo nº 20, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas. A partir de abril de 2013 o pagamento referente ao direito de outorga fixa voltou a ser efetuado e totalizou no período o montante de R\$ 11.506.

b. Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita bruta mensal, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

Notas Explicativas

O saldo de outorga variável a pagar em 30 de setembro de 2013 era de R\$ 1.157, (R\$ 2.092 em 31 de dezembro de 2012).

No decorrer do período foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 16.984, referente ao direito de outorga variável (R\$ 18.187 em 30 de setembro de 2012).

c. Compromisso com o Poder Concedente

A Companhia assumiu o compromisso de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação e alargamento das rodovias. Em 30 de setembro de 2013, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R\$ 507.588 (R\$ 520.663 em 31 de dezembro de 2012), a serem realizados até o final do prazo da concessão.

Estes investimentos destinam-se a melhorias na infraestrutura para que possa comportar o provável aumento do tráfego futuro e, conseqüentemente, gerar receitas adicionais para a Companhia.

d. Obras a executar

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Não circulante		
Obrigações com o Poder Concedente	<u>6.346</u>	<u>6.862</u>

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 7, de 23 de abril de 2004, com o objetivo de promover a melhor adequação das condições de concessão para cumprimento dos fins de interesse público, entre outros aspectos, o Poder Concedente transferiu a responsabilidade da execução das obras de implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e Brigadeiro Tobias para a Companhia. Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 20, de 27 de janeiro de 2011, com o objetivo de recomposição do equilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato de Concessão decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas, o Poder Concedente autorizou à Companhia a utilização de 28 parcelas da outorga fixa, período compreendido entre dezembro de 2010 e março de 2013, e a utilização de duas parcelas da outorga variável, período compreendido entre dezembro de 2010 e janeiro de 2011.

24. Plano de previdência privada (contribuição definida)

Os montantes reconhecidos como despesas no período findo em 30 de setembro de 2013 e 2012, relativo ao plano de previdência privada (contribuição definida) estão demonstrados abaixo:

	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u>
Plano de previdência privada (contribuição definida)	234	216

Notas Explicativas

Composição do Conselho de Administração

Renato Alves Vale	Presidente
Ítalo Roppa	Vice-Presidente
Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigues de Senna	Conselheiro

Composição da Diretoria

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura	Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva

CRC 1SP129452/O-3

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.
Araçariguama - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e período de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de outubro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Roberto P. Carneiro
Contador
CRC nº 1 SP 109447/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2013.

Araçariçuama, 25 de outubro de 2013.

Eduardo Siqueira Moraes Camargo
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura
Diretor da Companhia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2013.

Araçariguama, 25 de outubro de 2013.

Eduardo Siqueira Moraes Camargo
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura
Diretor da Companhia